

RELATÓRIO ANUAL DAS INFORMAÇÕES

2021

Sumário

Apresentação	03
Mensagem da Diretoria Executiva	04
Governança e Gestão Corporativa	05
Conheça o Plano CD	09
Principais Realizações	12
Cenário Econômico-Financeiro	19
Gestão de Seguridade	22
Gestão de Investimentos	28
Política de Investimentos	38
Gestão Administrativa	45
Relatório de Participação nas Assembleias Gerais de Acionistas - 2021	50

Apresentação

Em atendimento a Resolução CGPC nº 32, de 04 de dezembro de 2019, que substituiu a Resolução CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, alterada pelas Resoluções CNPC nº 07, de 04 de dezembro de 2003 e nº 02, de 03 de março de 2011, assim como à Instrução PREVIC nº 22, de 15 de abril de 2015, a Diretoria Executiva do Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, cumpre a obrigação de levar ao conhecimento dos seus Participantes, Patrocinadoras e demais interessados as principais informações que permitam a análise clara e precisa dos resultados alcançados pela Entidade durante o exercício de 2021, ante os objetivos planejados, no âmbito da situação financeira, atuarial e patrimonial dos planos administrados pelo SERGUS.

Assim sendo, no ano em comento a Entidade manteve-se firme no seu propósito de trilhar as melhores práticas no segmento de previdência complementar fechada. Desse modo, os resultados alcançados reforçam os efeitos da adoção dos VALORES praticados por todos que fazem o SERGUS, para o alcance da sua VISÃO, com foco na MISSÃO: “Oferecer melhores condições aos participantes para obtenção de suplementação financeira previdenciária através da gestão eficiente dos seus recursos”.

Mais do que uma exigência legal, esse Relatório representa a transparência na prestação de contas da gestão da Entidade, compartilhando responsabilidades e conquistas, e acima de tudo a sensação do dever cumprido.

O presente Relatório abrange os temas mais relevantes das atividades desenvolvidas pelo SERGUS no curso do ano de 2021, compreendendo: Governança e Gestão Corporativa, Gestão de Investimentos, Gestão de Seguridade, Gestão de T.I., Gestão Administrativa, Financeira e Contábil e ainda, os Pareceres do Atuário. O citado Relatório está disponível em PDF no site do SERGUS <https://portalsergus.banese.com.br/> no menu Transparência, opção Relatórios – Anual de Informação.

Mensagem da Diretoria Executiva

Prezados Participantes e Patrocinadoras,

Em observância a Resolução CGPC nº 32, de 04 de dezembro de 2019, a Diretoria Executiva do SERGUS, vem através deste, levar ao conhecimento de V. Sas. os resultados alcançados pela Entidade no exercício de 2021, sempre trilhando a busca pela sustentabilidade dos Planos Administrados pelo SERGUS.

Nesse sentido, ao longo de 2021, a Entidade manteve-se firme no seu propósito de buscar a adoção de melhores práticas no segmento de fundos de pensão, apesar dos momentos de dificuldades enfrentados em função das crises sanitária, econômica e financeira originadas pela COVID-19, proporcionando drásticos impactos, essencialmente pela volatilidade do mercado financeiro e inflação de dois dígitos.

Como consequência registramos um Déficit Técnico Atuarial de R\$ 53,9 milhões, que reforça a necessidade no ano vindouro da busca constante, para o alcance da sua VISÃO, através da sua MISSÃO que é: "Oferecer melhores condições aos participantes para obtenção de suplementação financeira previdenciária através da gestão eficiente dos seus recursos".

DIRETORIA EXECUTIVA

Governança e Gestão Corporativa



O Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, entidade de previdência complementar fechada que congrega funcionários das patrocinadoras Banco do Estado de Sergipe S.A. – BANESE, Banese Corretora de Seguros Ltda e Caixa de Assistência dos Empregados do Banese, além dos funcionários da entidade, desenvolveu os processos de governança corporativa de forma bastante produtiva e robusta, e hoje atua num ambiente onde há transparência, participação dos órgãos de governança como os conselhos, a diretoria, os comitês de Investimentos, de Seguridade, Ética e Conduta e Controles Internos, Compliance e Gestão Risco, com responsabilidades bem definidas, preocupados com a melhoria contínua, adotando a medida do possível, as melhores práticas de gestão e de governança.

A disponibilização das informações de interesse das partes interrelacionadas se faz de forma constante, dentro de um processo transparente onde são divulgadas as decisões tomadas pela governança corporativa através de comunicados, por e-mail e no site do SERGUS. A comunicação é um ponto importante para o SERGUS e para isso, faz todos os esforços necessários, para manter as reuniões

periódicas com seus órgãos de governança, participantes e patrocinadoras. Convém destacar que o ano de 2021 foi mais um ano desafiador. A pandemia instalada no país trouxe muitas dificuldades de manutenção dos serviços nos mesmos níveis de eficiência e eficácia desejados.

Apesar das dificuldades enfrentadas no decorrer do ano, o SERGUS continuou aprimorando a sua estrutura de governança, gestão de riscos, controles internos e compliance. A atividade de gerenciamento de riscos, como apoio às decisões, especialmente, na relação

retorno x risco, tem atenção especial no que se refere à atualização das matrizes de riscos e controles, permitindo a identificação do nível de exposição a riscos do SERGUS e atendendo às exigências do órgão regulador (PREVIC).

O SERGUS com o intuito de proporcionar uma gestão eficiente dos seus investimentos, está sempre atualizado na elaboração e revisão das diretrizes estratégicas, com estabelecimentos de limites e



procedimentos aceitáveis para atingir as rentabilidades esperadas e desejadas, dentro dos limites de riscos propostos e que atendem ao apetite a riscos da entidade.

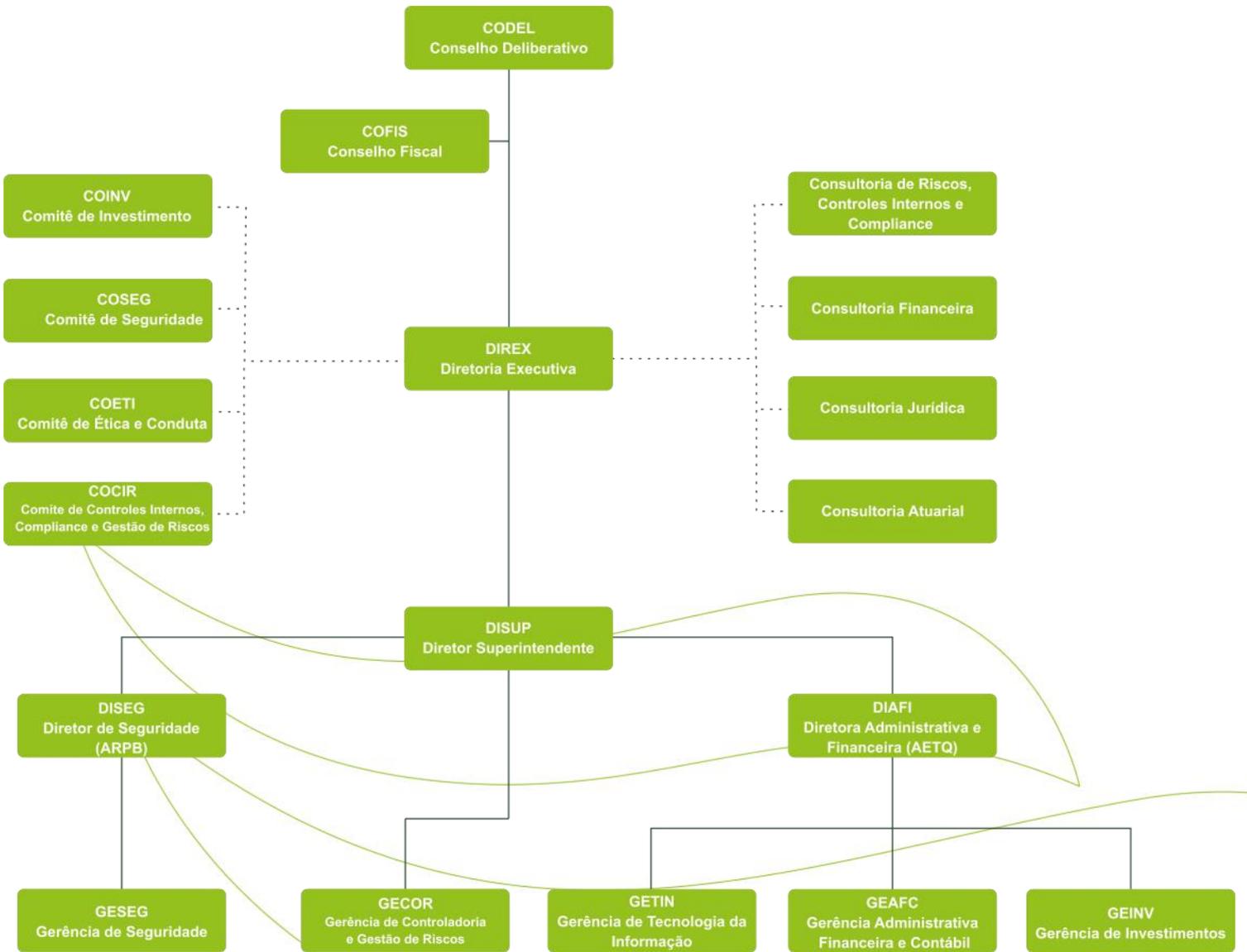
No âmbito de controles internos, gestão de riscos e compliance a entidade com o apoio da PFM Consultoria e Sistemas anualmente revisa e valida os processos e procedimentos adotados por meio de ferramentas de mapeamento de processos e pela aplicação do instrumento de autoavaliação que permite a identificação e avaliação dos níveis de riscos e controles dos processos, das áreas e da entidade como um todo. Além disso, desenvolve atividades durante o ano que envolvem um cuidado especial com a adequação e atualização do leque de normativos existentes para que estejam de acordo com os procedimentos e legislações vigentes. Este processo é importante para as atividades de Compliance, pois permite o juízo de valor quanto a adequação dos procedimentos e controles aos normativos internos e externos.

A consultoria dá um apoio importante ao Instituto ao auxiliar no processo de avaliação contínua dos riscos e, mais especificamente, disponibilizando quais são as melhores práticas adotadas no mercado para os controles mitigadores, de acordo com os riscos e processos identificados na Entidade.

Entendendo-se a gestão de riscos como um processo de contínuas melhorias, o SERGUS atua proativamente para execução dos planos de ações que podem mitigar maiores exposições do Instituto. Quanto à auditoria externa, atende aos princípios que norteiam as exigências legais e atua de maneira independente.



Organograma



Conheça mais do Plano CD



Plano de Benefícios SERGUS na Modalidade de Contribuição Definida - CD

Foi criado em 2017, momento em que se aprofundavam as discussões sobre a necessidade de mudanças no regime da Previdência Social. Em geral, as propostas de mudanças apresentadas há época, sinalizavam o comprometimento menor da previdência pública com níveis menores nos benefícios, além de exigir mais tempo de contribuição, tornando-se ainda mais urgente a decisão de começar a construir seu futuro hoje, com a adesão a um plano de previdência complementar.

O plano SERGUS CD é um plano de previdência complementar que oferta ao Participante uma renda de acordo com o saldo das suas contribuições e da Patrocinadora, sendo acumulado durante o período em que esteve na ativa. Nessa modelagem, as contas são individualizadas, tanto na fase de formação da poupança, como na de percepção do benefício.

Desenvolvemos no segundo semestre de 2021, um conjunto de ações, com o objetivo de socializar a importância da adesão ao nosso Plano de Benefícios SERGUS Contribuição Definida - CD, colocando como uma oportunidade de proteção que será utilizado no futuro, utilizando como fator de atratividade e diferencial competitivo a frase, " Viva o presente, mas pense no futuro com entusiasmo", para construir um futuro através da educação financeira e previdenciária.

BENEFÍCIOS OFERTADOS

- **Para os participantes:**
 - ✓ Aposentadoria;
 - ✓ Aposentadoria por invalidez.
- **Para os beneficiários:**
 - ✓ Pensão por morte.

QUAIS AS CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO?

- **Aposentadoria:**
 - ✓ 50 (cinquenta) anos de idade;
 - ✓ 60 (sessenta) Contribuições Normais, consecutivas e ininterruptas ao Plano;
 - ✓ 10 (dez) anos completos de vínculo empregatício com a Patrocinadora; e
 - ✓ Rescisão do contrato de trabalho ou de vínculo de direção com a Patrocinadora.
- **Aposentadoria por Invalidez:**
 - ✓ Concessão de aposentadoria por invalidez pelo INSS.
- **Pensão por Morte:**
 - ✓ Certidão de óbito.

A QUE BENEFÍCIO O PARTICIPANTE E/OU O BENEFICIÁRIO TERÁ DIREITO PAGANDO A CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL DE RISCO?

O Participante e/ou o Beneficiário terá direito ao recebimento do benefício por morte ou invalidez, cujo valor correspondente a 15 Salários de Contribuição, pago pela companhia seguradora contratada pelo SERGUS que será acrescido a sua conta Saldo Total.

QUAIS AS FORMAS DE RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO?

Por ocasião do requerimento da aposentadoria, o Participante poderá escolher a forma do seu recebimento dentre as opções abaixo:

- Renda Mensal por Percentual – determinada pela aplicação de um percentual escolhido pelo Participante entre 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) e 1,5% (um e meio por cento) sobre o Saldo Total, com variação em intervalos de 0,05% (cinco centésimos por cento), a ser paga enquanto houver recurso da conta Saldo Total; ou
- Renda Mensal de Valor Constante - de valor monetário fixo, resultante de um percentual livremente escolhido pelo Participante, entre 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) e 1,5% (um e meio por cento) sobre o Saldo Total, com variação em intervalos de 0,05% (cinco centésimos por cento), a ser paga enquanto houver recurso da conta Saldo Total; ou
- Renda Mensal por Prazo Certo - calculada com base no Saldo Total, recalculado anualmente, em número fixo de cotas, e paga pelo prazo de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 30 (trinta) anos, com variação em intervalos de 12 (doze) meses, a critério do Participante.

DOS INSTITUTOS

Se o Participante se desligar da Patrocinadora, sem ter cumprido as condições para recebimento da aposentadoria, como fica sua situação?

Poderá manter sua inscrição no Plano, optando pelo:

- Autopatrocínio – o participante permanece vinculado ao plano, mantendo a sua contribuição e assumindo a da Patrocinadora; ou,
- Benefício Diferido por Desligamento – o participante deixa de recolher as contribuições normais, assumindo apenas o valor referente à contribuição administrativa.

Poderá se desligar do Plano optando pela(o):

- Portabilidade - o participante transfere o Saldo Total para outro Plano de Benefícios de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora devidamente autorizada, desde que tenha se desligado da patrocinadora e tenha cumprido o prazo de 03 anos de vinculação ao Plano; e,
- Resgate - o participante que rescindir o vínculo empregatício ou equivalente com a Patrocinadora recebe a título de resgate, mediante solicitação, 100% (cem por cento) do saldo da Conta de Participante acrescido de um percentual do saldo da Conta de Patrocinadora, calculado na data da cessação do vínculo empregatício, conforme tabela constante no Regulamento.



Principais Realizações



Resultado Eleição para Diretoria de Seguridade em 2021

Em 2021, ocorreu a eleição para a escolha do novo Diretor de Seguridade do Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, denominado também de Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios – ARPB.

O pleito eletivo ocorreu no mês de maio/2021, em cumprimento as diretrizes estatutárias e regimental, por meio de eleição direta entre os Participantes e Assistidos, conforme artigo 34, parágrafo 2º do Estatuto Social do SERGUS.

O processo foi coordenado pela Patrocinadora Principal – BANESE, com o apoio do SERGUS, sendo eleito o Sr. José Américo Santos de Deus, participante assistido, do Plano de Benefícios SERGUS Saldado – PBSS, empossado no dia 09 de agosto de 2021, após habilitado pelo órgão fiscalizador PREVIC.

Desempenho Operacional dos Investimentos em 2021

Ao longo do ano vivenciamos diversos choques internos na economia, como a mais aguda crise hídrica dos últimos 91 anos que impactou severamente o custo de geração da energia, além disso, tivemos uma forte discussão fiscal nos últimos dois trimestres do ano que foi superada por meio da aprovação pelo Congresso Nacional da PEC dos Precatórios. Somam-se a isso, os efeitos negativos na oferta de forma geral advindos de fechamento de países (lockdown) conjugado com a maior demanda global em um ambiente de excesso de liquidez monetária que acabaram por pressionar os preços, espalhando inflação pelo mundo. Nesse contexto, no acumulado do exercício, o PBSS registrou uma rentabilidade anual de 9,60%, frente à Meta Atuarial (INPC + 4,44%) de 15,05% e encerrou o ano, com um patrimônio total de R\$ 915,7 milhões e um retorno anual de R\$ 82,3 milhões. As classes de ativos que tiveram o melhor desempenho foram: segmento de Empréstimos a Participantes com 19,71%, segmento de Imóveis com 16,18% e o segmento de Renda Fixa com 11,34%, nesse segmento destaque para as rentabilidades de 14,68% das Letras Financeiras Subordinadas - LFS e de 16,96% das Notas do Tesouro Nacional - NTN-B presentes na gestão própria. O Plano de Benefícios SERGUS de Contribuição Definida – CD, acumulou ao fim do exercício de 2021, patrimônio de R\$ 14,7 milhões, com rentabilidade anual de 2,64%, frente à Meta de Rentabilidade (IPCA + 4,25%) de 14,74% e ao CDI de 4,40%. O patrimônio deste plano está alocado no segmento de Renda Fixa e no segmento de Empréstimos a participantes. Seu retorno não obteve êxito frente a meta de rentabilidade, devido ao impacto negativo no Fundo de Inflação, presente em seu portfólio, no exercício de 2021 com rentabilidade negativa de (5,62%). A evolução do patrimônio do Plano CD no exercício de 2021, demonstrada na crescente evolução patrimonial, é resultado da adesão dos participantes ao novo Plano da Entidade. A Diretoria do SERGUS tem demonstrado seu empenho em acompanhar de perto todas as alocações financeiras, buscando superar os desafios propostos de maneira transparente para os seus participantes e beneficiários.

Desempenho Operacional dos Planos Administrados pelo SERGUS

Plano de Benefícios SERGUS Saldado - PBSS

No exercício findo em 31.12.2021, o Déficit Técnico Acumulado de R\$ 122.143 mil do Plano de Benefícios SERGUS Saldado, equivale a 11,87% das provisões matemáticas. Considerando o ajuste de precificação dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento de R\$ 75.039 mil, apurou-se o equilíbrio técnico ajustado (ETA) deficitário de R\$ 47.103 mil, equivalente a 4,57% das provisões matemáticas do plano. Conforme as regras de solvência vigentes, o limite máximo de equilíbrio técnico ajustado deficitário apurado em 31.12.2021 é de R\$ 92.704 mil, o que corresponde a 9,01% das provisões matemáticas. Assim, como o Equilíbrio Técnico Ajustado apresenta-se positivo, não obstante a existência de Déficit Técnico Acumulado ao final de 2021, conforme acima citado, a luz dos normativos pertinentes, não será obrigatória a elaboração de plano de equacionamento desse déficit.

R\$ mil

Quadro Resumo

A = Patrimônio de Cobertura do Plano:	906.883
B = Provisões Matemáticas / Passivo Atuarial:	1.029 .026
C = (A – B) - Déficit Técnico Acumulado:	(122.143)
D = Ajuste de Precificação:	75.039
E = (D – C) – Equilíbrio Técnico Ajustado – ETA:	(47.103)
F = Limite de ETA Deficitário	(92.703)

Em 2021 o Plano de Benefícios SERGUS Saldado apurou Déficit Técnico de R\$ 53.925 mil, que contribuiu para aumento do Déficit Técnico Acumulado de R\$ 68.218 mil para R\$ 122.143 mil, representando 44,14%. Influenciaram para esse resultado os seguintes fatores: (i) Elevação nas Provisões Matemáticas em R\$ 92.959 mil, decorrente da alta inflação; e (ii) Rentabilidade dos Investimentos de 9,60% a.a., que representou 63,78% da Meta Atuarial de 15,05% a.a. .

Plano SERGUS de Contribuição Definida - CD

O Plano atingiu em 31.12.2021 um Patrimônio de Cobertura que equivale as Provisões Matemáticas no montante de R\$ 13.899 mil, que após teste de consistência do cadastro e validação, como também as premissas atuariais, os regimes financeiros e os métodos de financiamento atendem as exigências legais, conforme Relatório de Avaliação Atuarial da Mirador Assessoria Atuarial o plano encontra-se equilibrado tecnicamente, com base nos princípios atuariais aceitos internacionalmente.

Reflexos da COVID-19 sobre os investimentos e planos de benefícios

A Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia da COVID-19 em março de 2020. Desde então o SERGUS vem adotando medidas que respeitam os protocolos sanitários com intuito de reforçar os cuidados com os participantes e empregados da Entidade.

Considerando a continuidade da pandemia em 2021, a economia brasileira, ao longo do ano, sofreu os efeitos negativos na oferta de forma geral, advindos de fechamento de países (lockdown) conjugado com uma maior demanda global em um ambiente de excesso de liquidez monetária que acabaram por pressionar os preços, proporcionando picos de inflação em diversos países. O Brasil, tal qual todas as economias do mundo, sofreu os efeitos do choque de oferta que paralisou as cadeias de produção globais. Diante desse cenário a gestão do portfólio de aplicações financeiras do SERGUS, continuou adotando uma postura de prudência na alocação dos ativos dos seus planos de benefícios. Assim sendo, o principal objetivo permanece na busca da preservação do capital, com atenção especial às oportunidades de investimentos em níveis de riscos menos voláteis. A estratégia de alocação de recursos para 2022, mantém-se no direcionamento com maior ênfase para aplicações financeiras mais conservadoras, sempre observando a relação risco x retorno e aproveitando as janelas de oportunidades. Contudo devido à maturidade do Plano BD Saldado monitora-se, constantemente, o nível de liquidez dos seus ativos financeiros.

Normativo PREVIC – Nova Planificação Contábil/2021

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, publicou em 14.10.2021 as Instruções de N° 42 e 43 com intuito de aperfeiçoar as regras para a contabilização dos ativos de renda fixa das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

A Instrução N° 42/2021, revoga o capítulo IV da IN 31/2020 e entrará em vigor a partir de 01.01.2023. Ela traz melhoria nos critérios para provisão de perdas associadas aos ativos de risco de crédito das Entidades. Ao dispor, de maneira detalhada, esta Instrução impõe às EFPC a necessidade de elaboração e aprovação de Política de Gestão de Risco de Crédito, seguindo as diretrizes emanadas da norma.

Já a Instrução N° 43/2021, altera a IN 33/2020 e passa a permitir a manutenção dos títulos públicos atrelados a índices de preços marcados a vencimento em fundos exclusivos. Objeto de críticas pontuais quando da sua publicação, a Instrução n° 33 introduziu restrição inexistente na sua antecessora (Instrução PREVIC n° 10/2018) ao estabelecer que o ajuste de precificação só poderia ser realizado em relação a títulos públicos federais mantidos em carteira própria. Sensível aos impactos que a regra da Instrução n° 33 traria a algumas EFPC no fechamento de 2021 (já que ela entrou em vigor no primeiro dia deste ano, não tendo produzido efeitos no fechamento de 2020), bem como compreendendo a ausência de motivação suficiente para tratamento distinto entre os títulos mantidos em carteira própria e em fundo de investimento exclusivos, a PREVIC ajustou a regra nesta nova Instrução, que já passa a valer a partir de 1° de novembro de 2021.

Em 26.11.2021 foi publicada a Instrução Normativa PREVIC n° 44/2021, que trouxe relevantes alterações à IN n° 31/2020, que versa sobre as normas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis.

Em 01.03.2021, entrou em vigor a Instrução Normativa PREVIC n° 34, publicada em 29.10.2020, aplicável a todas entidades fechadas de previdência complementar (“EFPC”) com intuito de regulamentar a Lei 9.613/1998 e 13.260/2016 que dispõe sobre procedimentos de prevenção à lavagem de dinheiro ou ocultação de bens e direitos e ao financiamento ao terrorismo. É importante mencionar que a nova IN revogou a Instrução Previc n° 18/2014, que falava também sobre prevenção à lavagem de dinheiro. A nova regra que, além de garantir mais segurança ao segmento da previdência complementar como um todo, se diferencia da anterior pela maior complexidade em suas determinações, não se restringindo a trazer princípios e conceituações como fazia boa parte da Instrução anterior, visando ao estabelecimento da tão necessária cultura de prevenção nas EFPCs.

Reclassificação Relevantes das Demonstrações Contábeis 2021

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado

Até o exercício social de 2020, os valores das despesas administrativas eram apresentadas de forma segregada entre administração previdencial, administração dos investimentos, comuns e específicas. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2021 foram consolidados, não ocorrendo alteração nos valores das despesas administrativas totais nem no saldo do Fundo Administrativo Consolidado.

R\$ mil

DPGA - 2021			
INSTRUÇÃO SPC 34 - 24/09/2009	2020	IP nº 31/2020 - ALTERADA PELA IN nº -23/11/2021	Reclassificação 2021
1. Despesas Administrativas	3.772	1. Despesas Administrativas	3.772
1.1. Administração Previdencial	2.381	1.1. Administração dos Planos Previdenciais	3.772
Pessoal e encargos	1.373	Pessoal e encargos	2.343
Treinamentos/congressos e seminários	15	Treinamentos/congressos e seminários	26
Viagens e estadias	-	Viagens e estadias	-
Serviços de terceiros	486	Serviços de terceiros	770
Despesas gerais	163	Despesas gerais	255
Depreciações e amortizações	21	Depreciações e amortizações	29
Tributos	323	Tributos	349
Outras Despesas	-	Outras Despesas	-
1.2. Administração dos Investimentos	1.391		
Pessoal e encargos	970		
Treinamentos/congressos e seminários	11		
Viagens e estadias	1		
Serviços de terceiros	284		
Despesas gerais	91		
Depreciações e amortizações	8		
Tributos	26		
Outras Despesas	-		

Capacitações SERGUS

O SERGUS elaborou um programa de capacitação para 2021, onde foram contemplados os principais Eventos do segmento de Previdência Complementar, tais como: Congresso Brasileiro de Previdência Complementar, Encontro dos Profissionais de Investimentos do Norte e Nordeste – EPINNE, Encontro dos Profissionais de Benefícios do Norte e Nordeste – EPB, Encontro Regional Nordeste e Encontro Nacional dos Contabilistas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, além da participação de gestores do SERGUS em comissões técnicas da ABRAPP, dentre outros de menor porte. Contudo em decorrência do reflexo da COVID-19 com a proliferação da pandemia causada pela COVID-19, as orientações das Autoridades Públicas de Saúde eram a prática de eventos de forma online. Estas ações buscam contribuir para melhoria da capacitação técnica e qualificação de todos os envolvidos no processo.

Realização dos Eventos

Em 2021, continuamos sem realizar os eventos presenciais, em decorrência da pandemia COVID-19, em atendimento às orientações das Autoridades Pública de Saúde referente as ações de combate ao novo Corona vírus, uma vez que tal ação tem o intuito de mitigar o risco de exposição aos participantes e seus familiares.

Dicas de Segurança na Tecnologia da Informação

- Sempre desconfiar de e-mails não solicitados;
- Não baixar arquivos suspeitos;
- Verificar os remetentes;
- Evite fazer cadastros em sites de venda desconhecidos pela Internet ;
- Use senhas bem elaboradas, com grande quantidade de caracteres e que não contenham dados pessoais como nomes, sobrenomes, datas comemorativas, números de documentos, placas de carros, números de telefones e similares.

Cenário Econômico-Financeiro



A nova variante da Covid-19, chamada de Ômicron, aumentou de maneira muito forte o número de casos ao redor do mundo ao final de 2021, mas com menor severidade, o que diminuiu a preocupação dos mercados financeiros. Neste contexto, os bancos centrais de todos os países desenvolvidos, ou aumentaram a taxa de juros, ou prometeram apertar a política monetária num futuro próximo, se mostrando mais confortáveis com a recuperação da atividade e mais preocupados com a inflação persistentemente elevada. Nos EUA, o FOMC acelerou o ritmo de queda nas compras mensais de títulos (*tapering*), indicando que essas compras devem terminar no começo do ano que vem, e a taxa de juros básica deve ser elevada rapidamente depois disso. No Reino Unido, a taxa de juros foi efetivamente elevada para 0,25% a.a.. Na zona do Euro, o ritmo de compras de títulos só deve diminuir após o fim do programa especial criado durante a pandemia (PEPP), mas com uma trajetória mais suave de redução devido à perspectiva mais positiva com a inflação. No ano, não houve grandes mudanças no cenário de atividade econômica ou inflação nos países desenvolvidos. O crescimento nos EUA segue acima da maioria dos países, com a atividade na Zona do Euro sendo negativamente afetada pelas medidas de distanciamento adotadas para lidar com a variante Ômicron. No entanto, houve sinais positivos na produção industrial global, com recuperação nas cadeias de produção. A China, por outro lado, em 2021, aumentou o estímulo monetário, com redução no compulsório e queda nas taxas de juros, com o objetivo de estabilizar o crescimento. No Brasil, o Copom aumentou a taxa de juros chegando ao patamar de 9,25% a.a., e manteve o discurso *hawkish* (*tendência de alta*), de continuar nesse ritmo nas próximas reuniões. As expectativas de inflação reagiram a essa postura do BC, com queda nas projeções para 2023 e 2024, essa última voltando à meta na mediana do relatório Focus. Dados sobre atividade econômica seguem majoritariamente negativos, com o PIB tendo o terceiro trimestre consecutivo de contração ((0,1%) no 3º trimestre) e queda em outubro na produção industrial (0,6%), nas vendas no varejo (0,1%) e nos serviços (1,2%). Os núcleos de inflação foram elevados em 2021, em especial nos serviços. No campo fiscal, os dados divulgados foram positivos e acima da expectativa.

Diante do cenário econômico apresentado em 2021 a gestão do portfólio de aplicações financeiras do SERGUS, continuou adotando uma postura de prudência na alocação dos ativos dos seus planos de benefícios. Assim sendo, o principal objetivo permanece na busca da preservação do capital, com atenção especial às oportunidades de investimentos em níveis de riscos menos voláteis.

Perspectiva 2022

No cenário local ocorrerão buscas constantes por uma convergência da inflação com as metas pré-estabelecidas, ante uma taxa Selic equilibrada com um olhar externo atento para a política de enxugamento da liquidez associado com a elevação de juros. Estima-se um patamar de taxa Selic que implicará em maior probabilidade de cumprimento da meta atuarial. Deve-se fazer notar que o retorno de longo prazo de um fundo de pensão é em grande parte explicado pela macro alocação, que reflete em uma ponderação equilibrada entre as classes de ativos. Permanecerá relevante para o ano de 2022, além da macro alocação de ativos, o aperfeiçoamento da diversificação que permite buscar o retorno de forma mais eficiente e com menor volatilidade.

No cenário internacional, o principal ponto para o qual se voltam as atenções do mercado é quanto a condução da política de redução gradual dos estímulos monetários, ou seja, como o Banco Central Americano (FED) conseguirá equilibrar o enxugamento da liquidez sem gerar impactos na atividade econômica. Um outro ponto muito relevante a ser acompanhado é o posterior início da elevação da taxa básica de juros Americana, o que pode refletir em aumentos generalizados das taxas dos demais países do mundo.

Diante disso, a estratégia de alocação de recursos para 2022, mantém-se no direcionamento com maior ênfase para aplicações financeiras mais conservadoras, sempre observando a relação risco x retorno e aproveitando as janelas de oportunidades.

Gestão de Seguridade

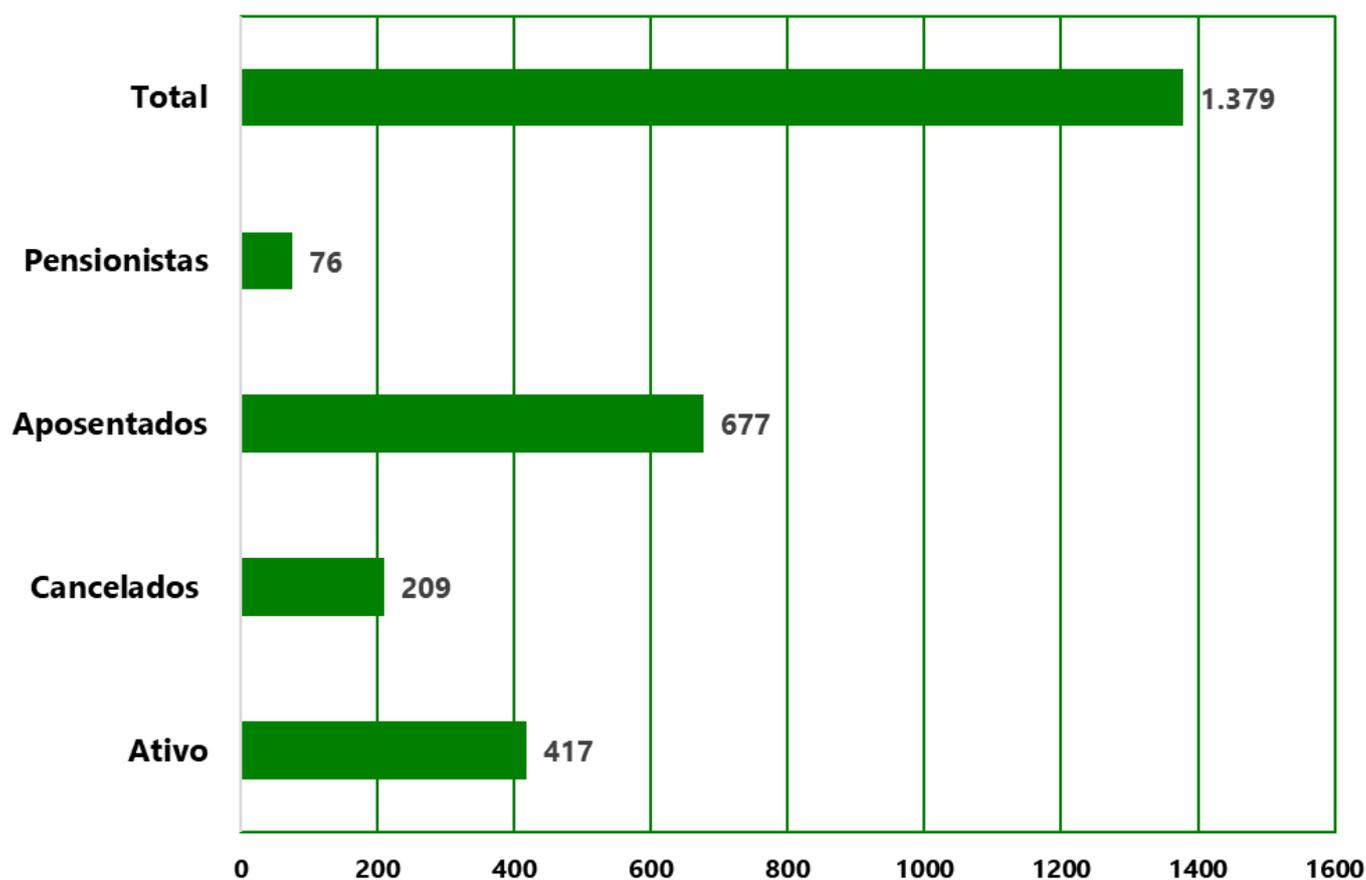


É responsável por realizar o atendimento aos participantes e seus beneficiários, dos Planos de Benefícios administrados pelo SERGUS, promover a organização e a administração dos respectivos cadastros desde a adesão até a concessão dos benefícios, divulgar informações referentes aos planos e promover o bem-estar social.

Plano de Benefícios SERGUS Saldado - PBSS

População

No final do exercício de 2021, o mapa estatístico da quantidade de participantes no Plano de Benefícios SERGUS Saldado - PBSS, demonstrava um total de 1.379 participantes, conforme detalhado abaixo:



Abaixo estão demonstradas as Receitas referentes as contribuições arrecadas pelo Plano e as Despesas com o pagamento de benefícios do Plano de Benefícios SERGUS Saldado - PBSS ocorridas durante o ano de 2021.

Despesas Previdenciais

R\$

Composição dos Benefícios

Aposentadoria Antecipada p/ Tempo de Contribuição	3.524.371,06
Aposentadoria por Idade	343.848,45
Aposentadoria por Invalidez	1.558.309,60
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	36.928.407,64
Pensão por Morte	2.212.655,62
Pecúlio por Morte/Invalidez	595.974,02
Reserva de Poupança	749.797,52
Portabilidade	-
Subtotal	45.913.363,91
Outras despesas previdenciais	10.571,46
Total	45.923.935,37

Receitas Previdenciais

R\$

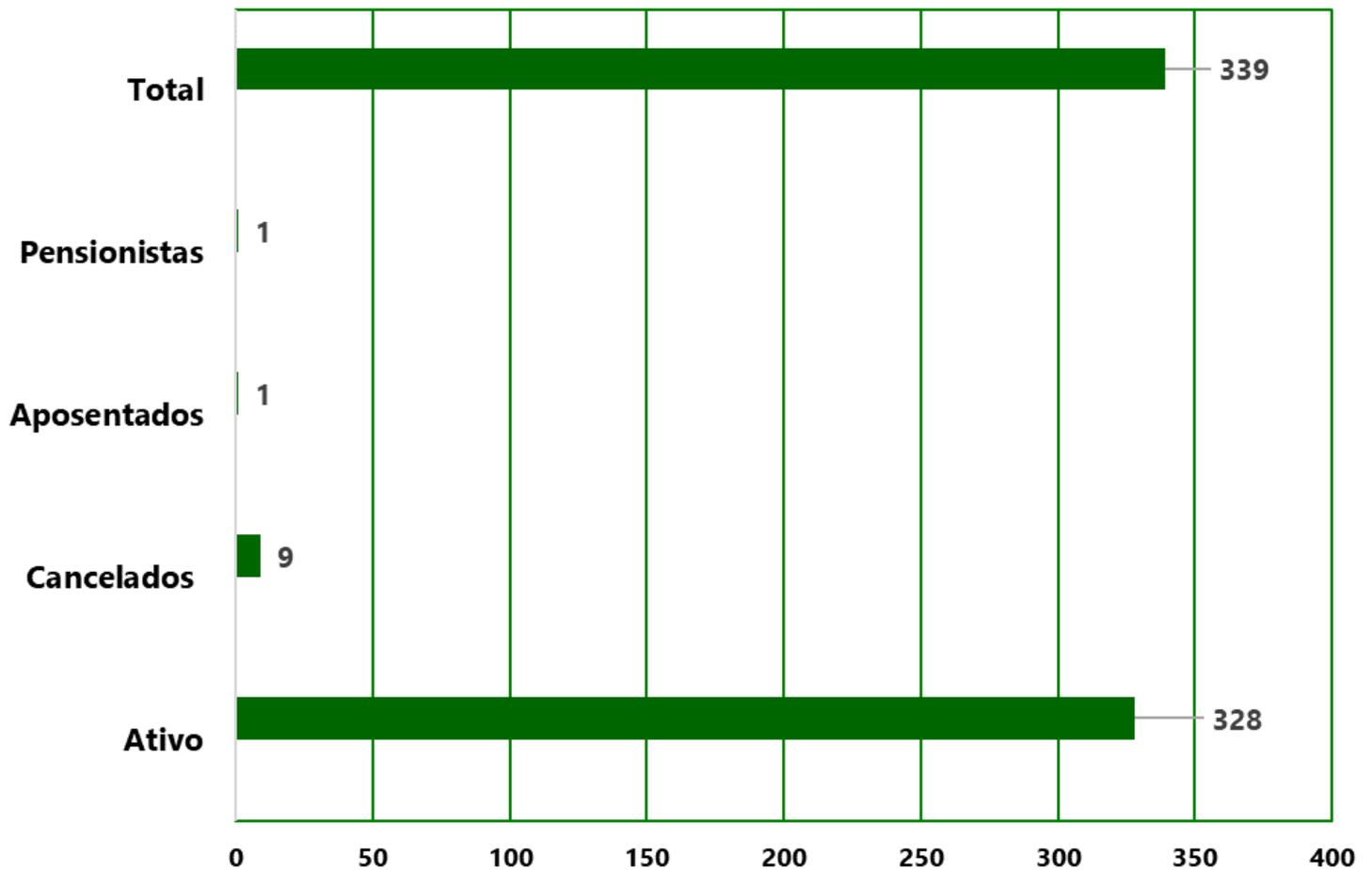
Composição das Contribuições

Contribuição de Ativos	446.446,38
Contribuição de Assistidos	7.219.698,20
Contribuição de Patrocinadores	2.664.790,88
Contribuição de Autopatrocinados	4.683,54
Contribuição Extraordinária (Joia)	-
Subtotal	10.335.619,00
Outras receitas previdenciais	68.978,64
Total	10.404.597,64

Plano SERGUS de Contribuição Definida - CD

População

O Plano em Dezembro/2021, fechou com um total de 339 participantes, conforme demonstrado abaixo.



Despesas Previdenciais

As informações abaixo demonstram o total das contribuições arrecadadas dos participantes e das patrocinadoras, assim como as despesas ocorridas durante o ano de 2021 pelo Plano SERGUS CD.

R\$

Composição dos Benefícios

Aposentadoria por Invalidez	27.631,28
Pensão por Morte	32.431,18
Reserva de Poupança	2.238.116,53
Subtotal	2.298.178,99
Outras despesas previdenciais	325.467,15
Total	2.623.646,14

Receitas Previdenciais

R\$

Composição das Contribuições

Contribuição de Ativos	2.781.231,31
Contribuição de Patrocinadores	2.839.225,49
Contribuição de Autopatrocinados	19.156,71
Subtotal	5.639.613,51
Contribuição de Risco	325.467,15
Total	5.965.080,66

Premissas Atuariais

Plano de Benefícios SERGUS Saldado - PBSS

Hipóteses ou premissas atuariais são informações estatísticas sobre os participantes de um fundo de pensão, a partir das quais o atuário calcula e determina os recursos necessários para a cobertura dos benefícios oferecidos pelo Plano de Benefícios. As hipóteses atuariais abrangem dados relativos à expectativa de vida e também considera variáveis econômicas, como a evolução salarial dos participantes ao longo da sua vida laborativa e a taxa de retorno esperada para os investimentos do plano de benefícios, entre outras.

Os estudos de adequação das hipóteses (premissas) adotadas pelo Plano de Benefícios SERGUS Saldado – PBSS, com validade de 03 (três) anos, realizado em conformidade com a Instrução PREVIC nº 30, foram apresentados e aprovados pelo Órgão Colegiado da Entidade, conforme demonstrado abaixo.

Premissas	2020	2021
Econômicas/Financeiras		
Taxa de Juros Real	4,44%	4,44%
Fator de Determinação Salários	98,0%	98,0%
fator de Determinação Benefícios	98,0%	98,0%
Taxa de Crescimento Real Salarial	Não Aplicável	Não Aplicável
Plano de Custeio	<p>Aposentados e Pensionistas: 15% das contribuições mensais realizadas por aposentados e pensionistas; Participantes Ativos, em BPD: 1% dos seus respectivos Benefícios Saldados, cobrado mensalmente até que iniciem o recebimento dos Benefícios Saldados; Participantes Autopatrocinados: 1% (participante) + 1% (patronal) dos seus respectivos Benefícios Saldados, cobrado mensalmente até que iniciem o recebimento dos Benefícios Saldados; Patrocinadores (para aposentados): 5,5% dos Benefícios Saldados de aposentadoria dos patrocinam; e Patrocinadores (para participantes ativos): paritário ao custeio administrativo dos participantes ativos, ou seja, 1% dos seus respectivos Benefícios</p> <p>Aposentados e Pensionistas: 15% das contribuições mensais realizadas por aposentados e pensionistas; Participantes Ativos, em BPD: 1% dos seus respectivos Benefícios Saldados, cobrado mensalmente até que iniciem o recebimento dos Benefícios Saldados; Participantes Autopatrocinados: 1% (participante) + 1% (patronal) dos seus respectivos Benefícios Saldados, cobrado mensalmente até que iniciem o recebimento dos Benefícios Saldados; Patrocinadores (para aposentados): 5,5% dos Benefícios Saldados de aposentadoria dos patrocinam; e Patrocinadores (para participantes ativos): paritário ao custeio administrativo dos participantes ativos, ou seja, 1% dos seus respectivos Benefícios</p>	
Biométricas		
Mortalidade Geral	Tábua BREMSsb-2015 desagravada 10%, por sexo	Tabua BREMSsb-2015 desagravada 10%, por sexo
Entrada em Invalidez	Tábua TASA-1927	Tábua TASA-1927
Mortalidade de Invalidos	Tábua AT-83 (IAM), por sexo	Tábua AT-83 (IAM), por sexo
Demográficas		
Rotatividade	Nula	Nula
Composição familiar	Benefícios a conceder: Família Média, modelo Mirador, com os seguintes parâmetros: Homem 4 anos mais velho do que mulher e 80% do grupo casado. Benefícios Concedidos: Família Real.	Benefícios a conceder: Família Média, modelo Mirador, com os seguintes parâmetros: Homem 4 anos mais velho do que mulher e 80% do grupo casado. Benefícios Concedidos: Família Real.

Gestão de Investimentos

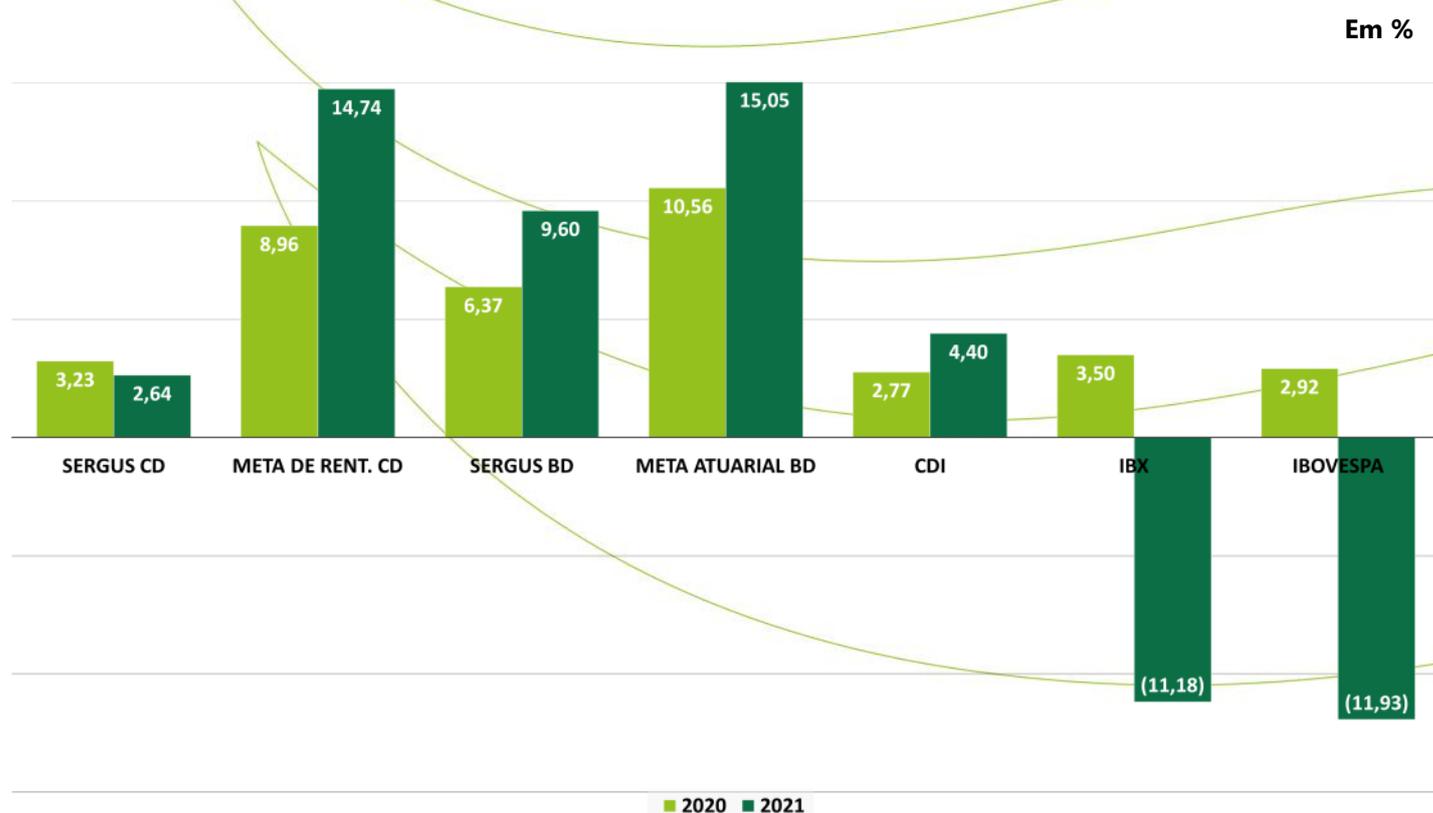


Possui como foco principal a preservação de capital, mínima exposição à ativos de risco, diversificação e busca sempre ativos com taxas esperadas de retorno que façam frente à sua meta de rentabilidade. Atualmente, a Entidade possui uma estratégia de risco das aplicações financeiras mista, em que parte dos recursos, 74,93% encontra-se sob a gestão da carteira própria e 25,07% sob a gestão terceirizada. No entanto, o SERGUS sempre acompanha, monitora e controla de forma contínua todos os recursos obtidos pela gestão terceirizada de forma integral.

Nesse sentido, como perspectiva de investimentos para o exercício de 2022, o direcional segue apontado no estudo de ALM, que possui como principal objetivo obter uma carteira ótima de ativos que forneça: (i) O cumprimento dos objetivos atuariais; (ii) Liquidez adequada à carteira; (iii) Geração de resultados compatíveis em termos de risco e retorno.

Informações Financeiras

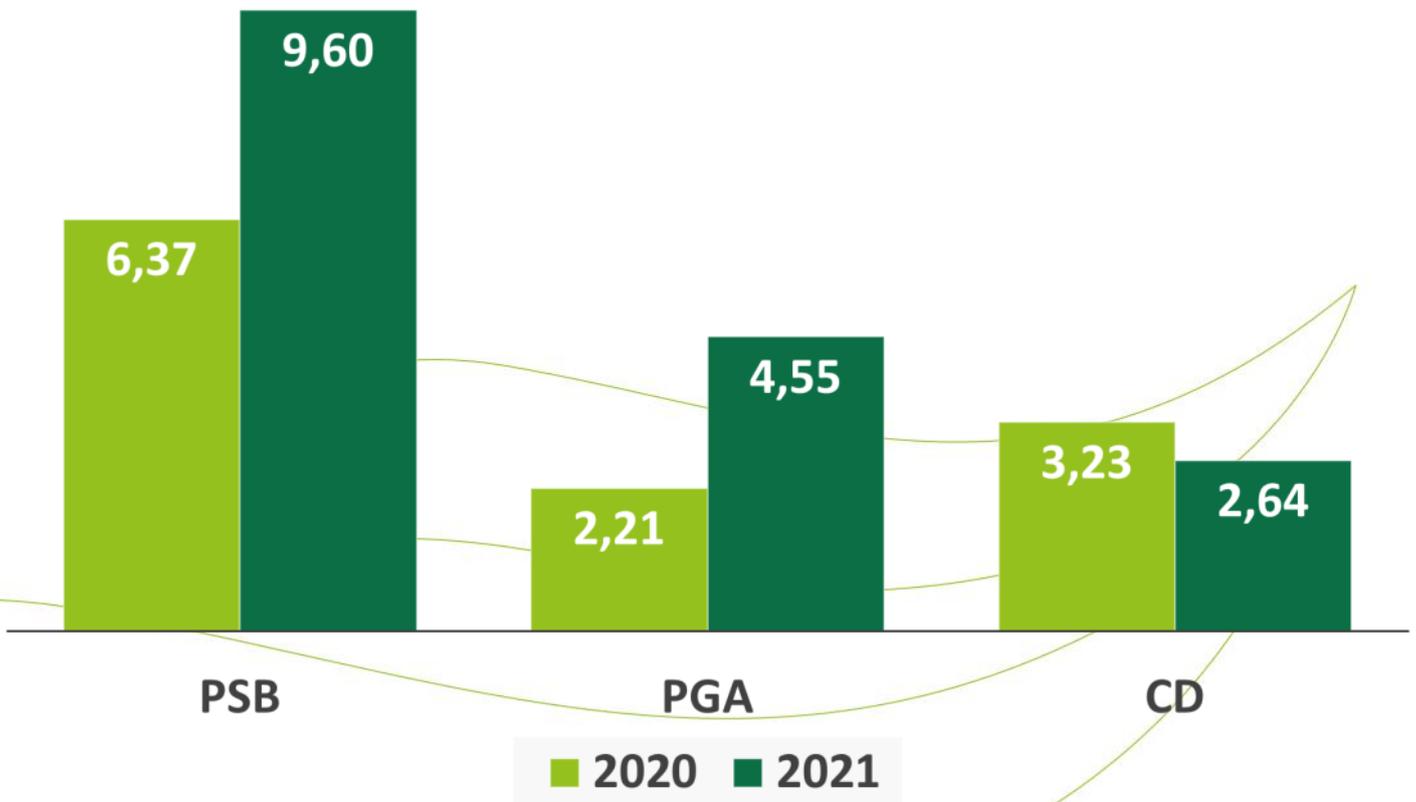
O Plano de Benefícios SERGUS Saldado rentabilizou no ano 9,60%, frente à Meta Atuarial de 15,05%, ao CDI de 4,40% e ao Ibovespa de (11,93%). Já o Plano SERGUS CD, rentabilizou no ano 2,64% frente à Meta de Rentabilidade de 14,74% e ao CDI de 4,40%.



Rentabilidade por Gestão

No gráfico abaixo, demonstramos a rentabilidade do Plano de Benefícios SERGUS Saldado - PBSS, do Plano de Gestão Administrativa - PGA e do Plano SERGUS CD. O Plano de Benefícios SERGUS Saldado obteve rentabilidade no exercício de 2021 de 9,60%, já o Plano de Gestão Administrativa conseguiu uma rentabilidade 4,55% e o Plano CD registrou rentabilidade de 2,64%.

Em %



Demonstrativo de Investimentos

Em dezembro/2021, o total de ativos de investimentos dos planos administrados pelo SERGUS foi de R\$ 941 milhões, um crescimento de R\$ 42 milhões quando comparado ao volume de R\$ 899 milhões em dezembro/2020. A maior concentração dos recursos continua no segmento de Renda Fixa com R\$ 844 milhões, equivalente a 89,68% do total dos ativos.

Plano de Benefícios SERGUS Saldado - PBSS

Os investimentos do Plano de Benefícios SERGUS Saldado no ano de 2021 totalizaram um montante de R\$ 915 milhões, que equivale a um crescimento de R\$ 37 milhões quando comparado ao volume de R\$ 878 milhões em dezembro/2020. A maior concentração dos recursos continua no segmento de Renda Fixa com R\$ 818 milhões, equivalente a 89,38% do total. Na sequência apresentamos tabela com a composição dos investimentos por segmento, sua concentração em relação ao recurso garantidor, e ainda descrição da administração terceirizada e própria com posição em dezembro/2020 e dezembro/2021.

R\$				
Composição por Segmento				
Segmentos	Saldo Dez/2020	(%) Recursos Garantidores	Saldo Dez/2021	(%) Recursos Garantidores
Renda Fixa	722.343.637,00	82,19	818.601.304,53	89,43
Renda Variável	123.876.136,03	14,09	63.377.983,08	6,92
Investimentos Estruturados	-	-	-	-
Imóveis	23.930.924,39	2,72	26.330.969,09	2,88
Contas a Receber - Imóveis	424,35	-	424,35	-
Empréstimos a Participantes	8.629.151,73	0,99	7.417.142,66	0,81
Total de Investimentos	878.780.273,50	99,99	915.727.823,71	100,04
Disponível	289.978,71	0,03	595,69	-
Exigível Operacional	(193.290,79)	(0,02)	(381.860,19)	(0,04)
Total dos Recursos Garantidores	878.876.961,42	100,00	915.346.559,21	100,00

Plano de Benefícios SERGUS Saldado - PBSS

R\$

Gestão de Investimentos

Gestão Terceirizada	Dezembro/2021	Gestão Terceirizada (%)	Total de Investimento (%)
Fundos de Investimento Exclusivos	153.761.527,72	66,98	16,79
Fundos de Investimento Renda Fixa	26.299.707,84	11,46	2,88
Fundos de Investimento Multimercado - Não Estruturados	-	-	-
Fundos de Investimento Multimercado - Estruturados	-	-	-
Fundos de Investimento em Ações	49.493.215,68	21,56	5,40
Total de Gestão Terceirizada	229.554.451,24	100,00	25,07
Gestão Própria	Dezembro/2021	Gestão Própria (%)	Total de Investimento (%)
Títulos do Governo Federal - NTN-B	471.952.266,67	68,79	51,54
Títulos Privados - LFs	166.587.802,30	24,28	18,19
Ações	13.884.767,40	2,02	1,52
Imóveis	26.330.969,09	3,84	2,88
Contas a Receber - Imóveis	424,35	-	-
Empréstimos a Participantes	7.417.142,66	1,07	0,80
Total de Gestão Própria	686.173.372,47	100,00	74,93
Total de Investimentos	915.727.823,71	-	100,00

Gestão Terceirizada por Gestor

Gestores	Dezembro/2021	Gestão Terceirizada (%)	Total de Investimento (%)
XP Investimentos S.A.	94.328.619,29	41,08	10,31
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	-	-	-
Integral Investimentos Ltda.	59.432.908,43	25,89	6,49
Oceana Invest. Adm. de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.	-	-	-
Finacap Investimentos Ltda	15.393.516,70	6,71	1,68
Icatu Vanguarda Gestão De Recursos Ltda.	13.392.829,21	5,83	1,46
Navi Capital Adm. e Gestora de Recursos Financeiros Ltda.	13.172.077,48	5,74	1,44
SulAmérica Investimentos Gestora de Recursos S.A	2.477.519,45	1,08	0,27
Constância Investimentos Ltda.	20.927.621,50	9,12	2,29
Itaú Unibanco S.A.	10.429.359,18	4,55	1,13
TOTAL DE GESTÃO TERCEIRIZADA	229.554.451,24	100,00	25,07

Plano de Benefícios SERGUS Saldado - PBSS

Rentabilidade

Segue abaixo tabela com as informações referentes à meta atuarial do Plano de Benefícios SERGUS Saldado, os índices de referência por segmento dos ativos estipulados na política de Investimentos e a rentabilidade bruta estimada e líquida dos ativos do Plano.

Segmentos	Rentabilidades - 2021 em %					
	Meta Atuarial	Índices de Referência (PI PBSS 2021)	Rentabilidade Bruta Estimada	Rentabilidade*		
Renda Fixa		INPC + 4,44% a.a.	15,05	11,45	11,34	
Renda Variável		Ibovespa	(11,93)	(2,57)	(5,83)	
Investimentos Estruturados	INPC + 4,44% a.a.	15,05	CDI +2%a.a.	6,48	-	-
Imóveis			INPC	10,16	16,18	16,18
Empréstimos a Participantes		INPC + 4,44% a.a.	15,05	19,71	19,71	
PBSS		-	-	9,92	9,60	

* Rentabilidade líquida deduzindo os custos diretos e indiretos inerentes aos fundos de investimentos.

Despesas da Gestão dos Investimentos

Apresentamos a seguir as tabelas com as despesas de investimentos do Plano de Benefícios SERGUS Saldado divididas entre a gestão terceirizada (fundos de investimentos) e a gestão própria (títulos mantidos na carteira própria, administrados pelo SERGUS).

Despesas da Gestão de Investimentos - 2021				R\$
Gestão Terceirizada	Valor	Gestão Própria	Valor	
Taxa de Administração	2.477.546,37	Taxa de Administração	-	
Taxa de Custódia	108.629,53	Taxa de Custódia	292.031,79	
Taxa de Performance	399.189,29	Taxa de Performance	-	
Auditoria	32.932,30	Auditoria	-	
CETIP, SELIC e CBLC	73.184,54	CETIP, SELIC e CBLC	87.918,85	
Corretagens	179.277,37	Corretagens	-	
Outras despesas	82.467,93	Outras despesas	-	
Total de Despesas Gestão Terceirizada	3.353.227,33	Total de Despesas Gestão Própria	379.950,64	
Total de Despesas				3.733.177,97

Plano de Gestão Administrativa - PGA

No ano de 2021, o total dos investimentos pertencentes ao plano de Gestão Administrativa PGA foi de R\$ 11,29 milhões, um crescimento de R\$ 2,46 milhões quando comparado ao volume de R\$ 8,83 milhões em dezembro/2020. O total dos recursos continua no segmento de Renda Fixa. Na tabela abaixo demonstramos a composição dos investimentos por segmento, sua concentração em relação ao recurso garantidor, e ainda descrição da administração terceirizada com posição em dezembro/2020 e dezembro/2021.

Segmentos	Composição Por Segmento				R\$
	Saldo Dez/2020	Recursos Garantidores (%)	Saldo Dez/2021	Recursos Garantidores (%)	
Renda Fixa	8.835.105,14	100,00	11.290.345,55	100,02	
Total de Investimentos	8.835.105,14	100,00	11.290.345,55	100,02	
Disponível	872,57	0,01	107,06	-	
Exigível Operacional	(439,87)	(0,01)	(578,70)	(0,02)	
Total dos Recursos Garantidores	8.835.537,84	100,00	11.289.873,91	100,00	

Gestão Terceirizada	Gestão de Investimentos		
	Dezembro/2021	Gestão Terceirizada (%)	Total de Investimentos (%)
Fundos de Investimento Renda Fixa	11.290.345,55	100,00	100,00
Total de Gestão Terceirizada	11.290.345,55	100,00	100,00
Total de Investimentos	11.290.345,55	-	100,00

Gestores	Gestão Terceirizada por Gestor		
	Dezembro/2021	Gestão Terceirizada (%)	Total de Investimentos (%)
SulAmérica Investimentos Gestora de Recursos S.A	11.290.345,55	100,00	100,00
Total de Gestão Terceirizada	11.290.345,55	100,00	100,00

Rentabilidade

Segue abaixo tabela com as informações referentes aos índices de referência por segmento dos ativos estipulados na política de Investimentos e a rentabilidade bruta estimada e líquida dos ativos do Plano de Gestão Administrativa.

Segmentos	Rentabilidades - 2021 em %			
	Índices de Referência (PI PGA 2021)		Rentabilidade Bruta Estimada	Rentabilidade *
Renda Fixa	100% do CDI	4,40	4,87	4,55
PGA			4,87	4,55

* Rentabilidade líquida deduzindo os custos diretos e indiretos inerentes aos fundos de investimentos.

Plano de Gestão Administrativa - PGA

Despesas da Gestão dos Investimentos

A seguir serão apresentadas as tabelas com as despesas da gestão terceirizada de investimentos do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

Despesas de Gestão de Investimentos - 2021		R\$
Gestão Terceirizada	Valor	
Taxa de Administração	15.566,13	
Taxa de Custódia	7.987,60	
Taxa de Performance	-	
Auditoria	2.228,59	
CETIP, SELIC e CBLC	32,66	
Corretagens	-	
Outras despesas	10.716,20	
Total de Despesas da Gestão Terceirizada	36.531,18	
Total de Despesas	36.531,18	

Plano de Contribuição Definida – CD

No ano de 2021, o total dos investimentos pertencentes ao plano SERGUS de Contribuição Definida CD foi de R\$ 14,71 milhões, um crescimento de 3,29 milhões quando comparado ao volume de 11,42 milhões em dezembro/2020. A maior concentração dos recursos está no segmento de Renda Fixa com 14,64 milhões, equivalente a 99,53% do total. Na tabela abaixo demonstramos a composição dos investimentos por segmento, sua concentração em relação ao recurso garantidor, e ainda descrição da administração terceirizada com posição em dezembro/2020 e dezembro/2021.

Composição Por Segmento					R\$
Segmentos	Saldo Dez/2020	Recursos Garantidores (%)	Saldo Dez/2021	Recursos Garantidores (%)	
Renda Fixa	11.375.770,47	99,57	14.641.648,07	99,50	
Empréstimos a Participantes	49.486,07	0,43	68.942,61	0,47	
Total de Investimentos	11.425.256,54	100,00	14.710.590,68	99,97	
Disponível	301,71	-	5.985,65	0,04	
Exigível Operacional	(498,49)	-	(1.020,94)	(0,01)	
Total dos Recursos Garantidores	11.425.059,76	100,00	14.715.555,39	100,00	

Gestão Própria			
Gestão Própria	Dezembro/2021	Gestão Própria(%)	Total de Investimentos (%)
Empréstimos a Participantes	68.942,61	100,00	0,47
TOTAL DE GESTÃO PRÓPRIA	68.942,61	100,00	0,47
Gestão de Investimentos			
Gestão Terceirizada	Dezembro/2021	Gestão Terceirizada (%)	Total de Investimentos (%)
Fundos de Investimentos Renda Fixa	14.641.648,07	100,00	99,53
Total de Gestão Terceirizada	14.641.648,07	100,00	99,53
Total dos Investimentos	14.710.590,68	-	100,00

R\$

Gestão Terceirizada por Gestor			
Gestores	Dezembro/2021	Gestão Terceirizada (%)	Total de Investimentos (%)
Itaú Unibanco S.A.	10.193.698,53	69,62	69,29
SulAmérica Investimentos Gestora de Recursos S.A	4.447.949,54	30,38	30,24
Total de Gestão Terceirizada	14.641.648,07	100,00	99,53

Rentabilidade Plano de Contribuição Definida

Segue abaixo tabela com as informações referentes à meta de rentabilidade do plano SERGUS CD, os índices de referência por segmento dos ativos estipulados na Política de Investimentos e a rentabilidade bruta estimada e líquida dos ativos do Plano.

Rentabilidades - 2021 (%)				
Segmentos	Meta de Rentabilidade (PI CD 2021)		Rentabilidade Bruta Estimada	Rentabilidade *
Renda Fixa	100% do CDI	4,40	2,85	2,59
Empréstimos a Participantes	IPCA + 4,25% a.a.	14,74	18,76	18,76
CD			2,91	2,64

* Rentabilidade líquida deduzindo os custos diretos e indiretos inerentes aos fundos de investimentos.

Despesas da Gestão de Investimentos

A seguir serão apresentadas as tabelas com as despesas da gestão terceirizada de investimentos do Plano SERGUS CD.

R\$	
Despesas da Gestão de Investimentos - 2021	
Gestão Terceirizada	Valor
Taxa de Administração	26.420,75
Taxa de Custódia	6.846,75
Taxa de Performance	571,76
Auditoria	2.486,39
CETIP, SELIC e CBLC	173,75
Corretagens	23,55
Outras despesas	2.133,16
Total de Despesas da Gestão Terceirizada	38.656,11
Total de Despesas	38.656,11

Política de Investimentos



Política de Investimentos - PSB

Relatório Resumo Participantes - Política de Investimentos - Instituto Banese de Seguridade Social

Aprovada para o exercício de 2022

Plano de Benefícios: Plano SERGUS de Benefício Definido nº 19.800.010-65

Nº da ata de aprovação: S/N Data aprovação pelo Conselho Deliberativo: PI aprovada em 17/12/2021.

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ: Marcelo Carvalho Almeida de Aguiar

Cargo: Diretor Administrativo-Financeiro

Segmento: Plano

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

Tx mínima atuarial (TMA): Taxa de juros: 4,44% a.a. **Indexador:** INPC

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Outros

Controle de Riscos:

Comentários:

os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.

Realiza o apreçamento de ativos financeiros:

SIM

Dispõe de Manual:

SIM

Possui modelo proprietário de risco:

SIM

Dispõe de Manual:

NÃO

Realiza estudos de ALM:

SIM

Observação:

O apreçamento de ativos financeiros é realizado pelo custodiante através do sistema de risco SAC-YMF.

Alocação de Recursos

Período de referência: 01/2022 à 12/2022

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	85,77%	25,00%	100,00%
Renda Variável	70%	8,42%	0,00%	20,00%
Estruturado	20%	1,21%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	2,66%	0,00%	20,00%
Operações com Participantes	15%	0,85%	0,00%	15,00%
Exterior	10%	1,09%	0,00%	10,00%

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental:

SIM

Utiliza Derivativos:

SIM

Avaliação prévia dos riscos envolvidos:

SIM

Existência de sistemas de controles internos:

SIM

Observação:

As operações com derivativos são vetadas em Carteira Própria e permitidas para a gestão discricionária (gestão externa).

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos:

NÃO

Limites De Alocação Por Emissor

	Limites	
	Legal	PI
Tesouro Nacional	100%	100%
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
Demais Emissores	10%	10%

Limites De Concentração Por Emissor

	Limites	
	Legal	EFPC
Instituição financeira (bancária, não bancárias e cooperativas de crédito autorizada pelo BACEN)	25%	25%
FIDC e FIC-FIDC*	25%	25%
ETF, negociado em bolsa, referenciado em índices de Renda Fixa ou Renda Variável	25%	25%
FI classificado no segmento estruturado, FICFI classificado no segmento estruturado*, FIP	25%	25%
FII e FIC-FII*	25%	25%
FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26 e FIC-FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26*	25%	25%
Demais emissores, ressalvado o disposto nos incisos III e IV	25%	25%
Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário	25%	25%
Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso III do art. 26	15%	15%
Do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21	15%	15%
De uma mesma classe ou série de títulos ou valores mobiliários de renda fixa.	25%	25%
Quantidade de ações que representem capital total e capital votante de uma mesma companhia aberta	25%	25%

Segmento	Rentabilidade(%)					Acumulado
	2017	2018	2019	2020	2021*	
Plano	11,77%	9,95%	12,67%	6,37%	6,10%	56,27%
Renda Fixa	9,80%	9,82%	10,38%	8,66%	7,61%	55,63%
Renda Variável	62,44%	11,99%	49,67%	(5,79%)	(4,73%)	144,38%
Estruturado	11,53%	6,40%	4,91%	(0,66%)	NA	23,67%
Imobiliário	16,92%	11,29%	(2,82%)	4,08%	4,50%	37,53%
Operação com Participantes	11,61%	13,55%	11,73%	13,94%	14,14%	84,15%
Exterior	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Observação: * Rentabilidades auferidas até setembro/2021.

Meta de Rentabilidade dos Segmentos

Segmento	BENCHMARK	Meta de Rentabilidade
Plano	INPC + 4,44% a.a.	INPC + 4,44% a.a.
Renda Fixa	INPC + 4,44% a.a.	INPC + 4,56% a.a.
Renda Variável	IBOVESPA	INPC + 11,00% a.a.
Estruturado	CDI + 2% a.a.	INPC + 6,00% a.a.
Imobiliário	INPC	INPC + 4,44% a.a.
Operação com Participantes	INPC + 4,44% a.a.	INPC + 4,44% a.a.
Exterior	MSCI World (BRL)	INPC + 7,00% a.a.

Política de Investimentos - PGA

Relatório Resumo Participantes - Política de Investimentos - Instituto Banese de Seguridade Social

Aprovada para o exercício de 2022

Plano de Benefícios: Plano de Gestão Administrativa - PGA nº 99.700.000-00

Nº da ata de aprovação: S/N

Data aprovação pelo Conselho Deliberativo: PI aprovada em 17/12/2021.

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ: Marcelo Carvalho Almeida de Aguiar

Cargo: Diretor Administrativo-Financeiro

Segmento: Plano

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

Controle de Riscos: Risco de Mercado
Risco de Liquidez
Risco de Contraparte
Risco Legal
Risco Operacional
Outros

Comentários: Os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: SIM
Possui modelo proprietário de risco: SIM
Realiza estudos de ALM: NÃO

Dispõe de Manual: SIM
Dispõe de Manual: NÃO

Observação: O apreçamento de ativos financeiros é realizado pelo custodiante através do sistema de risco SAC-YMF.

Alocação de Recursos - Limites e Alvos por segmento de aplicação

Período de referência: 01/2022 à 12/2022

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	100,00%	100,00%	100,00%

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental: SIM

Utiliza Derivativos: SIM

Avaliação prévia dos riscos envolvidos: SIM

Existência de sistemas de controles internos: SIM

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos: NÃO

Limites De Alocação Por Emissor

	Limites	
	Legal	PI
Tesouro Nacional	100%	100%
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
Demais Emissores	10%	10%

Limites De Concentração Por Emissor	Limites	
	Legal	EFPC
Instituição financeira (bancária, não bancárias e cooperativas de crédito autorizada pelo BACEN)	25%	25%
FIDC e FIC-FIDC*	25%	25%
ETF, negociado em bolsa, referenciado em índices de Renda Fixa ou Renda Variável	25%	25%
FI classificado no segmento estruturado, FICFI classificado no segmento estruturado*, FIP	25%	25%
FII e FIC-FII*	25%	25%
FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26 e FIC-FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26*	25%	25%
Demais emissores, ressalvado o disposto nos incisos III e IV	25%	25%
Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário	25%	25%
Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso III do art. 26	15%	15%
Do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21	15%	15%
De uma mesma classe ou série de títulos ou valores mobiliários de renda fixa.	25%	25%
Quantidade de ações que representem capital total e capital votante de uma mesma companhia aberta	25%	25%

Segmento	Rentabilidade(%)					
	2017	2018	2019	2020	2021*	Acumulado
Plano	8,98%	5,52%	5,56%	2,21%	2,52%	27,20%
Renda Fixa	8,98%	5,52%	5,56%	2,21%	2,52%	27,20%
Observação:	* Rentabilidades auferidas até setembro/2021.					

Meta de Rentabilidade dos Segmentos		
Segmento	BENCHMARK	Meta de Rentabilidade
Plano	CDI	CDI
Renda Fixa	CDI	CDI

Política de Investimentos - CD

Relatório Resumo Participantes - Política de Investimentos - Instituto Banese de Seguridade Social
Aprovada para o exercício de 2022

Plano de Benefícios: Plano de Benefício SERGUS CD nº 20.160.018-11

Nº da ata de aprovação: S/N Data aprovação pelo Conselho Deliberativo: PI aprovada em 17/12/2021.

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ: Marcelo Carvalho Almeida de Aguiar

Cargo: Diretor Administrativo-Financeiro

Segmento: Plano

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

Controle de Riscos: Risco de Mercado
Risco de Liquidez
Risco de Contraparte
Risco Legal
Risco Operacional
Outros

Comentários: Os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: SIM **Dispõe de Manual:** SIM
Possui modelo proprietário de risco: SIM **Dispõe de Manual:** NÃO
Realiza estudos de ALM: NÃO

Observação: O apreçamento de ativos financeiros é realizado pelo custodiante através do sistema de risco SAC-YMF.

Alocação de Recursos - Limites e Alvos por Segmento de aplicação

Período de referência: 01/2022 à 12/2022

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	98,79%	65,00%	100,00%
Renda Variável	70%	0,80%	0,00%	10,00%
Estruturado	20%	0,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	15%	0,41%	0,00%	15,00%
Exterior	10%	0,00%	0,00%	0,00%

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental: SIM
Utiliza Derivativos: SIM
Avaliação prévia dos riscos envolvidos: SIM
Existência de sistemas de controles internos: SIM

Observação: As operações com derivativos são vetadas em Carteira Própria e permitidas para a gestão discricionária (gestão externa).

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos: NÃO

Limites De Alocação Por Emissor

	Limites	
	Legal	PI
Tesouro Nacional	100%	100%
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
Demais Emissores	10%	10%

Limites De Concentração Por Emissor

	Limites	
	Legal	EFPC
Instituição financeira (bancária, não bancárias e cooperativas de crédito autorizada pelo BACEN)	25%	25%
FIDC e FIC-FIDC*	25%	25%
ETF, negociado em bolsa, referenciado em índices de Renda Fixa ou Renda Variável	25%	25%
FI classificado no segmento estruturado, FICFI classificado no segmento estruturado*, FIP	25%	25%
FII e FIC-FII*	25%	25%
FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26 e FIC-FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26*	25%	25%
Demais emissores, ressalvado o disposto nos incisos III e IV	25%	25%
Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário	25%	25%
Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso III do art. 26	15%	15%
Do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21	15%	15%
De uma mesma classe ou série de títulos ou valores mobiliários de renda fixa.	25%	25%
Quantidade de ações que representem capital total e capital votante de uma mesma companhia aberta	25%	25%

Rentabilidade(%)

Segmento	Rentabilidade(%)					
	2017	2018	2019	2020	2021*	Acumulado
Plano	8,08%	6,25%	8,46%	3,23%	1,15%	30,05%
Renda Fixa	8,08%	6,25%	8,46%	3,23%	1,15%	30,05%
Renda Variável	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Estruturado	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Imobiliário	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Operação com Participantes	NA	NA	NA	6,05%	13,20%	20,05%
Exterior	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Observação: * Rentabilidades auferidas até setembro/2021.

Meta de Rentabilidade dos Segmentos

Segmento	BENCHMARK	Meta de Rentabilidade
Plano	IPCA + 4,25% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
Renda Fixa	CDI	INPC + 4,56% a.a.
Renda Variável	IBOVESPA	INPC + 11,00% a.a.
Estruturado	CDI + 2% a.a.	INPC + 6,00% a.a.
Imobiliário	-	-
Operação com Participantes	IPCA + 4,25% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
Exterior	-	-

Gestão Administrativa



Indicadores de Gestão do PGA

Dispõe sobre as fontes, os limites para custeio administrativo, os critérios e os controles relativos as despesas administrativas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, prevista na Resolução CNPC nº 48 DE 08/12/2021 que revogou a Resolução CGPC nº 29 de 31/08/2009 com efeitos a partir de 01/01/2022.

O Conselho Deliberativo do SERGUS, em conformidade com o Art. 10 – CAPÍTULO VII - DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA aprovou as metas e critérios dos indicadores de gestão definidos pela Diretoria Executiva do SERGUS, os quais estão abaixo detalhados em termos qualitativos e quantitativos.

Indicador	Meta	Critério Quantitativo	Critério Qualitativo
Total Despesas Administrativas / Recursos Garantidores	Até 0,7% dos Recursos Garantidores. (A)	Reavaliação dos critérios de projeções das despesas quando apresentarem oscilações superiores a 10%.	Justificativa das despesas realizadas e sua adequação aos resultados obtidos.
Despesa de Pessoal e Encargos / Total Despesas Administrativas	Até 70% da Despesa Administrativa Total. (B)	Reavaliação dos critérios de projeções das despesas quando apresentarem oscilações superiores a 10%.	Adequação do quadro de pessoal às atividades inerentes e ao porte da entidade.
Recursos Orçados / Recursos Realizados	Até 100% da verba orçamentária aprovada. (C)	Reavaliação dos critérios de projeções das subcontas quando apresentarem oscilações superiores a 10%.	Justificativa da despesa realizada e sua adequação aos resultados obtidos.
Despesa com Treinamento, Viagens e Estadias / Despesa de Pessoal e Encargos	Mínimo de 3% e máximo de 5% das despesas de pessoal e encargos orçadas e aprovadas. (D)	Reavaliação dos critérios de projeções das despesas quando apresentarem oscilações superiores a 30%.	Justificativa da despesa com o treinamento, viagens e estadias realizada e sua adequação à capacitação almejada.
Ativo Permanente / Fundo Administrativo	Até 80% do Fundo Administrativo. (E)	Reavaliação dos critérios de projeção do Ativo Permanente quando apresentarem oscilações superiores a 10%.	Adequações dos investimentos em Ativo Permanente ao Saldo do Fundo Administrativo da entidade.

Indicadores de Gestão Orçamentária 2021

Mês/Ano	Total Despesas Administrativas / Recursos Garantidores. (A)	Despesa de Pessoal e Encargos / Total Despesas Administrativas. (B)	Recursos Orçados / Recursos Realizados. (C)	Despesa com Treinamento, Viagens e Estádias / Despesa de Pessoal e Encargos. (D)	Ativo Permanente / Fundo Administrativo. (E)
01/2021	0,04%	58,84%	93,58%	0,37%	1,08%
02/2021	0,08%	61,57%	89,24%	0,18%	1,02%
03/2021	0,12%	61,29%	87,56%	1,85%	0,97%
04/2021	0,15%	62,31%	87,62%	1,39%	0,92%
05/2021	0,19%	61,47%	87,20%	1,30%	0,87%
06/2021	0,23%	61,41%	88,17%	1,42%	0,82%
07/2021	0,27%	63,04%	90,15%	1,49%	0,78%
08/2021	0,32%	63,70%	92,38%	1,92%	0,73%
09/2021	0,36%	64,02%	89,14%	1,98%	0,68%
10/2021	0,40%	62,24%	90,04%	1,80%	0,64%
11/2021	0,44%	62,92%	90,18%	1,86%	0,60%
12/2021	0,47%	62,49%	89,35%	1,71%	0,55%

Limites aprovados pelo Conselho Deliberativo do SERGUS

Despesas Administrativas

O Plano de Gestão Administrativa – PGA trata-se de um ente contábil com a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade, na forma do seu regulamento. Em 2021 foram gastos com despesas administrativas o montante de R\$ 4.351.208,64, sendo: R\$ 3.518.698,81 do Plano de Benefício SERGUS Saldado e R\$ 834.261,59 do Plano CD, conforme demonstrativo abaixo:

Despesas com Pessoal

Descrição	Planos		Total	R\$ Total de Despesas
	Saldado	CD		
Pessoal e Encargos	2.181.774,49	513.770,96	2.695.545,45	98,14%
Dirigentes	838.444,55	197.439,50	1.035.884,05	37,72%
Pessoal Próprio	1.326.139,74	312.283,46	1.638.423,20	59,65%
Estagiários	17.190,20	4.048,00	21.238,20	0,77%
Treinamentos/Congressos e Seminários	41.405,01	9.750,17	51.155,18	1,86%
Conselheiros	16.119,61	3.795,89	19.915,50	0,72%
Dirigentes	6.178,96	1.455,04	7.634,00	0,28%
Pessoal Próprio	19.106,44	4.499,24	23.605,68	0,86%
Total	2.223.179,50	523.521,13	2.746.700,63	100,00%

Despesas com Serviços de Terceiros

R\$

Descrição	Planos		Total	Total de Despesas
	Saldado	CD		
Pessoa Jurídica				
Consultoria Atuarial	90.425,01	21.293,56	111.718,57	14,08%
Consultoria dos Investimentos	90.453,71	21.300,32	111.754,03	14,09%
Consultoria Jurídica	112.643,60	26.525,66	139.169,26	17,54%
Informática	173.013,39	40.741,73	213.755,12	26,95%
Consultoria - Controles Internos	30.611,51	7.208,49	37.820,00	4,77%
Auditoria Contábil	19.910,38	4.688,56	24.598,94	3,10%
Outras	124.988,69	29.432,72	154.421,41	19,47%
Recortes Diário da Justiça	874,15	205,85	1.080,00	0,14%
Limpeza	60.983,26	14.360,53	75.343,79	9,50%
Vigilância	61.888,93	14.573,79	76.462,72	9,64%
Outros Serviços	1.242,35	292,55	1.534,90	0,19%
TOTAL	642.046,29	151.191,04	793.237,33	100,00%

Despesas Gerais e Outras

R\$

Descrição	Planos		Total	Total de Despesas
	Saldado	CD		
Despesas Gerais	286.808,03	67.538,44	354.346,47	43,58%
Energia Elétrica e Telefone	44.279,89	10.427,16	54.707,05	6,73%
Material de Consumo	76.090,64	17.918,06	94.008,70	11,56%
Diversas	166.437,50	39.193,22	205.630,72	25,29%
Postais	8.493,64	2.000,11	10.493,75	1,29%
Associações e Entidades	26.317,96	6.197,44	32.515,40	4,00%
Aluguel Imóvel Uso Próprio	110.360,04	25.987,92	136.347,96	16,77%
Outras	21.265,86	5.007,75	26.273,61	3,23%
Depreciações e Amortizações	31.597,62	15.929,88	47.527,50	5,85%
Depreciações	31.597,62	7.440,70	39.038,32	4,81%
Amortizações	-	8.489,18	8.489,18	1,04%
Tributos	323.085,19	76.081,10	399.166,28	49,10%
Pis/Cofins	265.156,13	62.439,78	327.595,91	40,30%
Tafic	49.353,17	11.621,84	60.975,00	7,50%
IPTU/Outras	8.575,89	2.019,48	10.595,37	1,30%
Outras Despesas	11.982,19	-	11.982,19	1,47%
Eventuais	11.982,19	-	11.982,19	1,47%
TOTAL	653.473,03	159.549,42	813.022,44	100,00%

Relatório de Participação nas Assembleias Gerais de Acionistas - 2021



Relatório de Participação nas Assembleias Gerais de Acionistas - 2021

Este relatório visa demonstrar aos participantes as assembleias gerais realizadas no exercício de 2021, pelo Banco do Estado de Sergipe S/A, companhia na qual o Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS detém participação, conforme disposto na Resolução CGPC nº 23/2006 e alterações posteriores.

O SERGUS tem assento nas assembleias como acionista minoritário.

AGE de 22/01/2021

I. Pautas da Assembleia

1. Eleger membros, titulares e suplentes, do Conselho Fiscal, na qualidade de representante do Controlador (§ 2º do art. 28 do Estatuto Social) e como representante dos acionistas portadores de ações preferenciais nominativas (caput do art. 28 do Estatuto Social);
2. Eleger membro nato do Conselho de Administração (inciso III do art. 16 do Estatuto Social);
3. Eleger membro do Conselho de Administração na qualidade de representante dos empregados do Banco (inciso V do art. 16 do Estatuto Social).

II. Deliberações

De acordo com o Mapa Final de Votação Detalhado do Banese, houve total de votos por quantidade de ações, a favor de 7.156.861, contra 0 e abstenção ou sem direito a voto de 0.

Indicado ao Conselho de Administração – Membro Nato: Sr. Helom Oliveira da Silva, com total comum de votos a favor 7.156.861, votos contrários 0 e votos de abstenção ou sem direito a voto de 0.

Indicado ao Conselho de Administração – Representante dos Empregados: Sr. Luiz Alves dos Santos Filho, com total comum de votos a favor 7.156.861, votos contrários 0 e votos de abstenção ou sem direito a voto de 0.

AGO de 13/04/2021

I. Pautas da Assembleia

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes, Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2020;
2. Ratificar a distribuição aos acionistas de Juros Sobre Capital Próprio e sua imputação aos dividendos mínimos obrigatórios, aprovada pelo Conselho de Administração, referentes ao exercício de 2020;

3. Deliberar sobre a Destinação do Lucro do Exercício de 2020 conforme a Proposta dos órgãos da Administração;
4. Ratificar o pagamento de participação nos lucros aos administradores, nos termos do art. 152, da Lei nº. 6.404/1976, considerando o resultado de 2020;
5. Fixar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
6. Eleger os membros do Conselho Fiscal, efetivos e respectivos suplentes.

II. Deliberações

De acordo com o Mapa Final de Votação Detalhado do Banese, houve total de votos por quantidade de ações, a favor de 7.156.934, contra 0 e abstenção ou sem direito a voto de 27.

De acordo com o Mapa Final de Votação Detalhado do Banese, houve total de votos por quantidade de ações, a favor de 7.156.934, contra 0 e abstenção ou sem direito a voto de 27.

De acordo com o Mapa Final de Votação Detalhado do Banese, houve total de votos por quantidade de ações, a favor de 7.156.934, contra 0 e abstenção ou sem direito a voto de 27.

De acordo com o Mapa Final de Votação Detalhado do Banese, houve total de votos por quantidade de ações, a favor de 7.156.934, contra 0 e abstenção ou sem direito a voto de 27.

De acordo com o Mapa Final de Votação Detalhado do Banese, houve total de votos por quantidade de ações, a favor de 7.156.934, contra 0 e abstenção ou sem direito a voto de 27.

Indicados ao Conselho Fiscal ações ordinárias os seguintes membros titulares: Sra. Eliana de Matos, Sr. Carlos Américo Andrade de Santana e Sr. Luís Carlos Spaziani, com total comum de votos a favor 7.156.834, votos contrários 0 e votos de abstenção ou sem direito a voto de 27. Indicado pelos acionistas minoritários o Sr. Leonardo Coelho Guerra possuindo total de votos a favor 100, votos contrários 0 e votos de abstenção ou sem direito a voto de 7.156.861.

Indicados ao Conselho Fiscal com ações preferenciais o seguinte membro titular: Sr. Leonardo Peixoto Estevão; com total de votos minoritários a favor 3.379, votos contrários 0 e votos de abstenção ou sem direito a voto de 6.579.442.

AGE de 30/09/2021

I. Pauta da Assembleia

1. 1. Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social, no tocante aos seguintes dispositivos:
 - 1.1 – §12 do art. 16 – Ampliação do modo de convocação das reuniões extraordinárias do Conselho de Administração;
 - 1.2 - §1º do art. 26 – Alteração do mandato do Ouvidor.
2. Consolidar o Estatuto para refletir as alterações pautadas no item 1 deste edital;
3. Eleger membro do Conselho de Administração (inciso VI do art. 16 do Estatuto Social), com mandato

complementar até a posse do que for eleito na AGO de 2022, nos termos do art. 140 da Lei 6.404/1976;

4. Eleger membro titular do Conselho Fiscal (Art. 28 do Estatuto Social), com mandato complementar até a AGO de 2022, nos termos do art. 161 da Lei 6.404/1976.

II. Deliberação

De acordo com o Mapa Final de Votação Detalhado do Banese, houve total de votos por quantidade de ações, a favor de 7.156.861, contra 0 e abstenção ou sem direito a voto de 0.

De acordo com o Mapa Final de Votação Detalhado do Banese, houve total de votos por quantidade de ações, a favor de 7.156.861, contra 0 e abstenção ou sem direito a voto de 0.

Indicado ao Conselho de Administração – Membro Independente o seguinte membro titular: Sr. José Gilton Pinto Garcia, com total comum de votos a favor 7.156.861, votos contrários 0 e votos de abstenção ou sem direito a voto de 0.

Indicado ao Conselho Fiscal o seguinte membro titular: Sr. José Morais Monteiro; com total comum de votos a favor 7.156.861, votos contrários 0 e votos de abstenção ou sem direito a voto de 0.

Diretoria Executiva

Hércules Silva Daltro
Diretor Superintendente

Erta Maria Bastos Vieira Filha
Diretora Administrativa Financeira / AETQ

José Américo Santos de Deus
Diretor de Seguridade / ARPB

Conselho Deliberativo

Efetivos

Daniel Felipe Viana Munduruca
(Presidente)

Lana Cristina Lima Aragão

Antônio José de Gois

Edson Cavalcante Silva

Suplentes

Daniel Rosas do Carmo

Bruno Santiago Silva Goveia

Conselho Fiscal

Efetivos

Fábio Rodrigues Dória (Presidente)

Adele Silva Germano de Jesus

Tiago Gomes da Silva Monte

Suplentes

Adriana Ferreira Soares

Giane Teixeira da Silva